

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

Caio Rennó José*
Thiago F. R. Gambi**

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de capitalismo monopolista apresentado por Baran e Sweezy (1974) e sua influência sobre o pensamento econômico brasileiro. Inicialmente, captamos as concepções de autores de linhagem neomarxista e heterodoxo-burguesa, e os elementos que as caracterizam. Num segundo momento, analisamos a influência dessa obra sobre autores selecionados que constituem o pensamento econômico brasileiro. Verificamos que a teoria de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista foi importante para o desenvolvimento da teoria econômica contemporânea, pois trouxe, de modo pioneiro, contribuições que deram maior peso à crítica da teoria econômica convencional por meio da exposição de elementos concretos e dados reais que auxiliaram na construção de um modelo de análise mais condizente com realidade. No entanto, para o caso brasileiro, a utilização do conceito de capitalismo monopolista teve alcance limitado em sua época.

Abstract:

This paper aims to analyze the concept of monopoly capitalism presented by Baran and Sweezy (1974) and its influence on Brazilian economic thought. Initially, we capture the views of bourgeois, neo-Marxist and heterodox authors, and the elements that characterize them. Secondly, we analyze the influence of that concept on selected authors that make up the Brazilian economic thought. We found that the theory of Baran and Sweezy on monopoly capitalism was important for the development of contemporary economic theory. However, for the Brazilian case, the use of the concept of monopoly capitalism had limited reach in his time.

Classificação JEL: B14, B51

* Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

Caio Rennó José*
Thiago F. R. Gambi**

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de Capitalismo Monopolista apresentado por Baran e Sweezy (1974) e sua influência sobre o pensamento econômico brasileiro. Ele está dividido em duas partes bem definidas e dependentes uma da outra. Na primeira, apresenta a discussão sobre a teoria do capitalismo monopolista formulada por Paul Baran e Paul Sweezy e também por outros autores como Lênin, Braverman e Galbraith. Na segunda, procura relacionar essa teoria ao pensamento econômico brasileiro, analisando em que medida essa teoria aparece nos trabalhos dos autores brasileiros que se enquadravam no que Mantega (1984), em seu trabalho clássico sobre a economia política nacional, chamou de modelo do subdesenvolvimento capitalista e no que Bielschowsky (2004) caracterizou, também em obra já clássica, como pensamento socialista.

A teoria do capitalismo monopolista foi desenvolvida na década de 1960, nos Estados Unidos, por Baran e Sweezy em seu conhecido livro *Capitalismo Monopolista*, publicado originalmente em 1966. Paul Alexander Baran, segundo Screpanti e Zamagni (2005, p.446), foi um economista de interessantes contribuições para o desenvolvimento da teoria marxista no período pós-segunda guerra. Nascido na Rússia e crescido num ambiente de intensos embates políticos, já que seu pai era um militante menchevique presente nos debates soviéticos dos anos 1920. Passou pela Alemanha e Inglaterra antes de se instalar, em 1939, nos Estados Unidos. Atuou na Universidade de Stanford, onde escreveu sua principal obra *A economia política do desenvolvimento* (1957), em que trata do subdesenvolvimento como fruto do imperialismo e do colonialismo.

O outro autor do livro usado como principal referência teórica deste trabalho, Paul Malor Sweezy, americano e filho de um banqueiro de Wall Street, estudou na London School of Economics (LSE) e em Harvard, onde foi orientando de Joseph Schumpeter. Antes de se tornar marxista, Sweezy foi influenciado por economistas tão distintos quanto Keynes e Hayek, principalmente pela formação em Harvard e na LSE. Sobre essa transição ideológica, Sweezy diz que a economia convencional ensinada nessas instituições por onde passou teria muito pouco para contribuir para a compreensão dos fatos e tendências econômicas do século XX. Por isso, fundou em 1939, juntamente com amigos marxistas, a revista "*The Monthly Review*", publicada até hoje e referência importante do pensamento marxista atual (NETO; OLIVEIRA, 2004; GUERRERO, 2004).

Uma das críticas feitas pelos autores em seu livro clássico se refere à falta de comprometimento das ciências sociais, especialmente da economia, com a realidade, pois estas distorciam e criavam cenários que não eram condizentes com ela. Isso era claro, por exemplo, nos modelos econômicos da década de 1960 em que a concorrência perfeita ainda era considerada o caso geral e a grande empresa capaz de controlar preços era simplesmente deixada de lado (BARAN e SWEEZY, 1974). Assim, a realidade da economia dos EUA passa a ser o palco de análise do capitalismo monopolista.

* Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

A expansão do monopólio nos EUA ocorre de maneira mais significativa ainda em meados do século XIX, no final da guerra de Secessão. Mais tarde, no contexto do fim da era dos impérios e do surgimento de duas superpotências no pós-Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995), a fronteira do desenvolvimento da economia capitalista é transferida da Inglaterra para os EUA. Por isso, recuperaremos alguns elementos que traçam a origem e o aparecimento mais representativo do capitalismo monopolista a partir de eventos da história econômica estadunidense (BARAN e SWEEZY, 1974).

O processo de concentração e centralização do capital, que resulta no monopólio (MARX, 1985, p.293), produz resultados contraditórios. Se por um lado revela o vigor da acumulação de capital que desembocará em empresas gigantes capazes de controlar preços, por outro significa o relaxamento da competição que induz o investimento que está na base daquela mesma acumulação. Sem estímulo e alternativas de investimento, o monopólio acaba debilitando a capacidade de funcionamento do sistema econômico (BARAN e SWEEZY, 1974).

Para Baran e Sweezy (1974), se fosse operado sem controles, os efeitos depressivos do monopólio teriam levado a economia estadunidense a um período de estagnação antes do fim do século XIX e acabado com as chances de sobrevivência do capitalismo na segunda metade do século XX. No entanto, graças a estímulos externos poderosos, tais efeitos depressivos foram apagados e a economia estadunidense experimentou um rápido crescimento econômico nas últimas décadas do século XIX.

Esses estímulos externos foram as invenções e as guerras. As invenções – como a máquina a vapor, o trem e o automóvel, têm grande capacidade de modificar a estrutura econômica, pois absorvem vultosos capitais e criam vastos mercados para investimentos. Historicamente, o efeito multiplicador e a absorção de excedentes derivados dessas invenções tiveram grande impacto econômico, servindo para contrabalançar os efeitos depressivos do monopólio. De acordo com Baran e Sweezy (1974, p.63):

Cada um deles produziu uma alteração radical na geografia econômica, com as conseqüentes migrações internas e a formação de comunidades inteiramente novas; cada um deles exigiu ou, pelo menos, tornou possível, a produção de muitos bens e serviços novos; ampliou o mercado para uma vasta gama de produtos industriais.

O outro elemento que também foi capaz de alterar o quadro econômico estadunidense foram as guerras. Elas geram impactos importantes na economia em duas fases: na do combate e a na do pós-guerra. Na primeira, a procura militar cresce muito e os recursos são orientados para setores ligados a elas. Em contrapartida, a demanda civil é reduzida pelo aumento de preços e racionamento. Nas palavras de Baran e Sweezy (1974, p.68-69): “As fábricas existentes são convertidas para a produção de guerra, canalizando-se igualmente para ela a maior parte dos investimentos”. Essas alterações na estrutura econômica da primeira fase determinam o plano de ação para a fase do pós-guerra. Até o fim do conflito, a indústria antes focada em esforços de guerra não atendia adequadamente às demandas civis. No pós-guerra, a explosão de procura origina grande acumulação de capital futura, pois as “fábricas de guerra” serão reconvertidas em fábricas de produtos para consumo civil. Desse modo “criam-se espaços para investimento que poderão absorver durante muitos anos quantidades imensas de excedentes”. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.69-70). Assim, as guerras são eventos determinantes na absorção de excedentes econômicos, seja por meio da enorme procura da máquina militar, seja por meio da acumulação da procura civil criada durante a fase de combate (BARAN e SWEEZY, 1974, p.70).

Então, no contexto dos estímulos externos, invenções e guerras, a teoria de Baran e Sweezy – no capitalismo monopolista a economia tende a entrar em estagnação, pois os grandes excedentes criados não seriam mais absorvidos –, poderia ser desprezada. Porém, os autores querem investigar o quadro econômico dos Estados Unidos nas décadas anteriores e posteriores às grandes guerras e inventos, a fim de verificar a validade de sua teoria¹. Segundo os autores, existem “sinais inequívocos de estagnação durante o período de 1907-1915”, graças ao esgotamento dos investimentos ferroviários – observados nas estatísticas do período; e aquilo que consideram a “prova mais palpável”, o aumento do desemprego e a queda relativa na utilização da capacidade produtiva, conforme os dados da tabela abaixo. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.81-82).

Tabela 1 – EUA: Utilização da capacidade produtiva e desemprego, 1950-63

Ano	Utilização da Capacidade Produtiva (1950=100)	Desemprego (% da PEA)
1950	100	5
1951	103	3
1952	99	2,7
1953	98	2,5
1954	87	5
1955	92	4
1956	89	3,8
1957	85	4,3
1958	76	6,8
1959	81	5,5
1960	81	5,6
1961	80	6,7
1962	83	5,6
1963	83	5,7

Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p.101

Desse modo, Baran e Sweezy sustentam que “se a Primeira Guerra Mundial não tivesse ocorrido, a década de 1910-1920 ficaria na história dos Estados Unidos como um período de uma extraordinária depressão”. Mas a transformou a estagnação em boom ao alavancar as procuras por habitações e outros tipos de construção, por automóveis, e desse setor em particular, surgiram desdobramentos – efeitos secundários e indiretos – como a suburbanização, construção de rodovias, indústrias derivadas, etc. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.83-84). Já nos anos posteriores à Primeira Guerra, a inevitável entrada em um estado de estagnação, só poderia ser remediada com esforços pontuais até receber novamente um grande impulso, a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 30, ao observar as estatísticas da taxa de utilização da capacidade produtiva (tabela 1, acima), os autores afirmam que:

por falta de um estímulo externo atuante, os mercados para investimentos eram praticamente inexistentes. Foi esta impossibilidade para encontrar novos mercados para um excedente em expansão que deteve o crescimento e precipitou

¹ Essa análise nos remete a Schumpeter, que queria estudar a instabilidade do capitalismo causada estritamente por fatores econômicos e não por fatores exógenos como guerras. Cf. SCHUMPETER (2010).

IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

a brusca recessão da segunda metade de 1937 (BARAN e SWEEZY, 1974, p.97).

E com o início da guerra no ano seguinte, as pessoas não contavam com poder aquisitivo e crédito para consumir, e nem com uma estrutura de oferta adequada. Assim, já no final da guerra, em 1945, a população pôde nesse período acumular grandes quantidades de poupança líquida e produzir uma onda de impulsos econômicos. Com todo o surto do pós-guerra, as alterações no padrão de vida estadunidense foram positivas para boa parte da população. Porém, no período de 1947-1962, “apesar da força e persistência desses estímulos, já começaram a aparecer os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente – desemprego e subutilização da capacidade produtiva”. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.99).

Tabela 2 – EUA: Taxa de desemprego, 1900-63

Desemprego (% da PEA)							
1900	5,0	1916	4,8	1932	23,6	1948	3,4
1901	2,4	1917	4,8	1933	24,9	1949	3,5
1902	2,7	1918	1,4	1934	21,7	1950	5,0
1903	2,6	1919	2,3	1935	20,1	1951	3,0
1904	4,8	1920	4,0	1936	16,9	1952	2,7
1905	3,1	1921	11,9	1937	14,3	1953	2,5
1906	0,8	1922	7,6	1938	19,0	1954	5,0
1907	1,8	1923	3,2	1939	17,2	1955	4,0
1908	8,5	1924	5,5	1940	14,6	1956	3,8
1909	5,2	1925	4,0	1941	9,9	1957	4,3
1910	5,9	1926	1,9	1942	4,7	1958	6,8
1911	6,2	1927	4,1	1943	1,9	1959	5,5
1912	5,2	1928	4,4	1944	1,2	1960	5,6
1913	4,4	1929	3,2	1945	1,9	1961	6,7
1914	8,0	1930	8,7	1946	3,9	1962	5,6
1915	9,7	1931	15,9	1947	3,6	1963	5,7

Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p.81

A alta da taxa de desemprego observada em 1963, terceiro ano de expansão da utilização da capacidade produtiva, levou Baran e Sweezy (1974, p.102-103) a constatarem que

uma economia em que o desemprego cresce, mesmo durante a fase de expansão do ciclo econômico, debate-se no fundo em graves problemas. (...) Progressos que, numa sociedade racional, tornariam possível um grande avanço em direção à abundância para todos, sob o capitalismo monopolista constituem uma ameaça para a mera subsistência de uma proporção cada vez maior da massa trabalhadora.

A contextualização histórica acima expõe o impacto do capitalismo monopolista sob a economia dos EUA desde o final do século XIX até meados de 1960. A partir desse breve histórico, seguiremos para a discussão das teorias do capitalismo monopolista. Ao tratar do tema, nosso objetivo consiste em captar as conceituações utilizadas por Baran e Sweezy e estabelecer as relações com outros autores estudados. Para isso, o trabalho será dividido em dois momentos: no primeiro, faremos a conceituação geral de capitalismo monopolista e, no segundo, procura-se identificar a influência e o aparecimento dessa conceituação no debate econômico brasileiro.

Iniciaremos o primeiro momento, a conceituação geral, com as concepções de capitalismo monopolista para diferentes correntes de pensamento, junto com os elementos que as caracterizam. Adiante, recuperaremos as implicações do sistema econômico que contém empresas monopolistas para a sociedade e os trabalhadores. Por fim, discutiremos a atuação do Estado em meio ao aparecimento e consolidação do capitalismo monopolista. No segundo momento do texto, apresentaremos as ideias dos autores socialistas brasileiros e, em seguida, as relacionaremos com a conceituação geral obtida do primeiro momento, a fim de identificar a influência do conceito no pensamento econômico brasileiro.

2.1. Conceituação geral de Capitalismo Monopolista

Os conceitos de capitalismo monopolista² divergem pontualmente entre diferentes autores, mas a definição geral, e mais simples, aceita é: um sistema em que há centralização e concentração de capital e em que uma empresa monopolista tem poder de influenciar e dominar o mercado. Mas as variações podem ser enquadradas em diferentes correntes. No livro *Teoria e História do Capitalismo Monopolista* (1974), Paul Sweezy distingue três correntes de pensamento para expor as diferentes concepções da teoria do capitalismo monopolista: 1) a burguesa heterodoxa; 2) a marxista tradicional; 3) a neomarxista.

2.2. Concepção Burguesa Heterodoxa

A concepção burguesa heterodoxa parte de uma análise econômica que aceita a estrutura básica do sistema capitalista, isto é, uma sociedade organizada pelo mercado e uma economia a ele subordinada. Entretanto, o que a distingue das concepções marxistas é o fato de tomar o monopólio, ou a concorrência imperfeita, como um caso excepcional e não como resultado típico do funcionamento do sistema capitalista (SWEEZY, 1974, pp.30-1).

O principal teórico da heterodoxia burguesa, J.K. Galbraith, em seu livro *Capitalismo Americano*, de 1952, apresenta a primeira tentativa de teorizar um sistema econômico dominado por gigantescas sociedades financeiras. Galbraith consegue enxergar a importância do “fato de as doutrinas da concorrência monopolista ou imperfeita terem aberto caminho para o desaparecimento da velha hipótese da concorrência sobre a qual o modelo concorrencial foi erigido” (GALBRAITH, 2008, p.42).

Para Galbraith (2008, p.43), a partir da conquista da autoridade, pelos vendedores, sobre os preços, estes não são mais reflexos dos movimentos da demanda do consumidor, pois os preços não evoluem naturalmente e a indústria deixa de produzir conforme as alterações de preço. Assim, um aumento de demanda pode elevar a produção e ser vendida a preços antigos; ou também pode levar ao aumento dos preços e lucros ao manter o nível de produção anterior. Segundo Sweezy (1974, p.39-40), o erro de Galbraith e das outras tentativas burguesas é que suas interpretações sempre ficam restritas em não questionar os resultados obtidos.

² Dos conceitos de capitalismo monopolista, podemos diferenciar o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. O primeiro se insere no âmbito das grandes empresas que estão em constante processo de concentração e centralização de capital, e seus mecanismos de expansão; já o segundo, refere-se à colaboração do Estado nesse processo, pois este teve fundamental papel do no processo de acumulação das grandes empresas, em políticas deliberadas para conquistas de novos territórios seja para consumo ou fornecimento de matérias-primas e força de trabalho barata. Autores como Lênin (2008) classificam a participação do Estado na formação do capital monopolista como uma fase superior do capitalismo: o imperialismo (HARRIS, 1984).

2.3. Concepção Marxista Tradicional

A interpretação do capitalismo monopolista da abordagem marxista tradicional se baseia no principal livro de Marx, *O Capital*³. Neste livro, Marx (1985, p.295) lança as bases da teoria monopolista ao desenvolver os conceitos de concentração e centralização do capital. Afirma que “o que temos agora é a concentração dos capitais pequenos já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”. Já a centralização do capital, para Marx, é “acumular nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte”, e pode ser atingida pela “via compulsória de anexação”, que devido à poderosa força de atração consegue incorporar capitais menores; e também pela “fusão de capitais já formados ou em formação”, constituindo sociedades anônimas, num processo mais “suave” (MARX, 2006, p.729-730).

A partir dessas ideias básicas, Hilferding (1985) escreveu sua principal obra, *O Capital Financeiro*, em que trata do imperialismo, do desenvolvimento capitalista e das tendências do capital. Embora não fosse o centro de sua atenção, Hilferding trouxe contribuições para a descrição do capital monopolista e influenciou a análise de Lênin. Em *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo* (2008)⁴, Lênin faz uma análise empírica do capital monopolista ao reunir dados estatísticos que comprovam, em vários ramos da indústria, o aparecimento do monopólio e suas conseqüências históricas, geopolíticas e econômico-sociais. Constata, assim como os neomarxistas, que o monopólio tem caráter controlador e poderoso, consegue abrir “caminho em toda parte, valendo-se de todos os meios”. Por isso, Lênin afirma que “é a transição do capitalismo para o regime superior” que intensifica todas as contradições do capitalismo. (LÊNIN, 2008, p.89, p.126) e concretiza a perspectiva revolucionária.

2.4. Concepção Neomarxista

O neomarxismo nasce de uma crítica ao marxismo ortodoxo que trouxe diferentes perspectivas de análise para o campo marxista. Uma corrente crítica pioneira, de influência hegeliana, é representada por Georg Lukács e Antonio Gramsci. Estes fazem a crítica mais diretamente ao campo da filosofia e sociologia do pensamento marxista, tratando de temas centrais como a dialética entre estruturas, a luta de classes e a reificação. Embora a definição de uma data de origem não seja nossa preocupação principal, podemos dizer que o neomarxismo se funda em 1923, no contexto da Escola de Frankfurt. O neomarxismo como teoria crítica apresentava-se como alternativa moderna ao determinismo econômico da ortodoxia marxista e, ao mesmo tempo, como atualização face às transformações do capitalismo contemporâneo.

De maneira geral, a concepção neomarxista considera: que Marx pensou a teoria econômica ainda sob a forma de capitalismo pré-monopolista; que é preciso manter, por essência, os ideais anticapitalistas; que se deve adotar uma postura articulada entre prática política, econômica, social e científica. O desenvolvimento e a projeção das ideias neomarxistas se dão numa permanente oposição crítica tanto do próprio marxismo, como também das correntes que defendem o capitalismo. Preocupadas com a renovação do marxismo, as ideias neomarxistas contribuíram para uma renovação e para

³ A primeira edição de *O Capital* é datada de 1867. Foi publicado em alemão com o título *Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie*.

⁴ *O Imperialismo* teve sua primeira edição em 1916, em francês, com o título *L'Impérialisme*. Nessa época, Lênin já era não só um dirigente destacado e reconhecido do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POS DR), como de todo o movimento socialista internacional.

o enriquecimento dos princípios marxistas, adaptando-os à complexidade do atual mundo globalizado⁵.

Para a corrente neomarxista, Kalecki é o pioneiro na tentativa de teorizar o capitalismo monopolista e, para Sweezy, o autor polonês dá “um dos primeiros grandes passos em direção a uma verdadeira teoria do capitalismo monopolista” (1974). Para Kalecki:

o monopólio não só concentra a mais-valia, mas aumenta também a quantidade de mais-valia à custa dos salários. Não temos que interpretar isto como uma redução dos salários; pode significar um crescimento dos salários mais lento do que o que se verificaria na ausência do monopólio. E se não se apresentar o monopólio como um fator imutável que aparece subitamente, mas como uma força em crescimento há um século, então todo o processo de acumulação do capital poderá ser permanente e crescentemente infletido em direção à sobre-acumulação e à estagnação. (apud Sweezy, 1974, p.45)

Harry Braverman, outro autor neomarxista, quando cita Marx em seu livro *Trabalho e Capitalismo Monopolista* (1987)⁶, aceita suas abstrações do processo de acumulação, mas toma como foco a exposição de elementos que uma organização pode adotar para expandir seu capital e o que isso acarretou para as relações sociais dos indivíduos. Braverman (1987) considera as últimas duas ou três décadas do século XIX como o início do que chamou capitalismo monopolista. Nele, a concentração e acumulação de capital funcionaram sob as primitivas formas de trustes, cartéis. Com o passar do tempo, foram desenvolvidas técnicas e estratégias de operações - por exemplo, a administração científica e a padronização dos processos - que concretizaram o lucro extraordinário que levou à expansão do poder e riqueza das organizações.

A organização monopolista ampliou também sua área de atuação no mercado, ou seja, empresas que antes ofertavam em nível nacional, tornaram-se internacionalizadas, aumentando seu mercado potencial e sua capacidade de influência política. Braverman (1987) chama esse processo de *mercadejamento*, o qual foi decisivo para a consolidação das empresas monopolistas mundiais.

Além destes elementos, Braverman recupera argumentos de Alfred Sloan, que foi presidente da General Motors entre 1923 e 1937, sobre os controles administrativos nas subdivisões da organização monopolista:

cada operação em sua própria base... assumindo sua própria responsabilidade e dando sua contribuição para o resultado final. O resultado final, diz Braverman, é, naturalmente, a acumulação de capital. Cada seção “revela estatísticas corretamente refletindo a relação entre o retorno líquido e o capital investido de cada divisão operante – a verdadeira medida da eficiência...”. Isto permite à empresa orientar a colocação do capital adicional onde ele resultará no maior benefício de toda a empresa (BRAVERMAN, 1987, p.226).

Com isso, a empresa monopolista consegue aumentar seu controle em cada área da empresa, diminuindo suas incertezas e forçando a concretização dos resultados. A empresa monopolista parece ser muito poderosa quando considerada individualmente, mas sua fragilidade aparece na análise sistêmica. Sweezy (1974) adverte que os lucros crescentes dos monopólios geram grandes condições de expansão, porém essa mesma expansão pode levar o mercado à ruína por esgotamento do investimento. Surge com isso, uma contradição entre a capacidade crescente de expansão e o esgotamento das

⁵ Para uma leitura elogiosa do neomarxismo, cf. o texto *El Neomarxismo*, disponível em <http://neomarxismo.blogspot.com/2009/12/el-neo-marxismo.html>.

⁶ Braverman foi membro da classe operária e militante socialista nas fábricas dos Estados Unidos nos anos 40. Inspirado por experiências próprias, este livro é a tradução da primeira edição publicada em 1974 pela Monthly Review Press, de Nova York.

possibilidades de investimento. Para continuar seu processo de expansão, a empresa deve transcender sua história, ou seja, conquistar novos mercados através de novos produtos e/ou novas áreas, surgindo daí os conglomerados e as multinacionais. Empresas que diversificam suas ofertas acabam formando os conglomerados, enquanto aquelas que buscam novas áreas de expansão correspondem às multinacionais.

Baran e Sweezy (1974, p.48) discorreram juntos sobre o capitalismo monopolista e tinham como objetivo específico tratar da criação e absorção do excedente. Os autores tratam também dos nervos e músculos que dão força para a empresa expandir, seja por meio da expansão interna, da aquisição e da fusão com outras empresas. As grandes empresas tornam-se, enfim, empresas gigantes. A força e o poder dessas empresas são tão grandes que, pode-se dizer, sua iniciativa coloca a economia em movimento, seu poder a mantém em atividade, suas políticas podem criar dificuldades e crises econômicas: “Sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço” (BARAN e SWEEZY, 1974, p.61).

Antes, como uma estratégia da livre concorrência, as empresas reduziam preços para conseguir maior parcela de mercado. Sob o capitalismo monopolista, a guerra de preços poderia levar a margens de lucro insustentáveis e a dificuldades de se cobrir o próprio preço de custo. Assim, diferentes empresas começaram a se afastar da competição de preços e a formar grupos de influência setoriais, com o propósito de estipular preços que estabelecessem lucros máximos de modo a favorecer todo o grupo. Porém, uma organização pode adotar uma guerra de preços quando possui maior poder de mercado, ou seja, possui mais capital e influência que outra a qual pretende atingir, o que poderá levar à incorporação ou exclusão da empresa menor pela empresa maior, e tornar o mercado ainda mais concentrado (BARAN e SWEEZY, 1974). Por isso, segundo Hilferding (apud SWEEZY, 2004), sob os imperativos monopolistas, os preços são indeterminados e instáveis.

No capitalismo monopolista, a principal arma de defesa contra o ataque de grandes empresas concorrentes, e também uma forma de obter maior margem de lucro, é a capacidade de reduzir os custos. Adam Smith chama esse fator de autodefesa e o considera crucial para o mundo dos negócios. Com esses elementos, Baran e Sweezy observam que dentro do sistema capitalista monopolista existe uma tendência decrescente dos custos de produção (1974, p.77-78):

qualquer companhia que se atrasar na corrida para reduzir os custos enfrentará logo problemas. Seu poder de reagir ao ataque é solapado, sua liberdade de manobra é reduzida, sua capacidade de usar as armas normais da luta competitiva é enfraquecida. Não pode, portanto, haver dúvida quanto à tendência decrescente dos custos de produção sob o capitalismo monopolista.

Toda a motivação da redução de custo é o aumento dos lucros e a redução da concorrência, e a estrutura de mercado monopolizada permite às empresas a apropriação da maior produtividade. Embora o poderio econômico coletivo possa conseguir elevar o preço do trabalho, as potencialidades da redistribuição dos lucros são muito pequenas, enquanto os produtores continuarem tendo liberdade de ajustar seus preços, técnicas e emprego de modo a proteger sua posição de lucro (BARAN e SWEEZY, 1974, p.84).

Sob a influência de Baran, Sweezy e Braverman, Harris (1984) caracteriza o capitalismo monopolista pelo desenvolvimento de mecanismos capazes de absorver cada vez mais os excedentes de produção, mantendo seu ritmo de crescimento. Essas estratégias estão ligadas ao aumento dos gastos militares e do Estado, e também dos esforços de vendas para gerar um consumo de massa. O centro desse processo de concentração e centralização do capital são as classes exploradas, que perdem seu potencial de reação e

derrubada do sistema, já que os gastos realizados conseguem manter o impulso do capital monopolista. Assim, na perspectiva datada de Baran e Sweezy (apud HARRIS, 1984), caberia aos países de terceiro mundo o papel de conter a expansão imperialista e, por extensão, do capitalismo monopolista.

3.1. Influência de Baran e Sweezy no pensamento econômico brasileiro

Até o início do século XX, a principal fonte de riquezas do país era o setor primário-exportador, o que se refletia numa economia reflexa e dependente. A partir da década de 1930, foram criadas condições para a superação dessa estrutura e consolidação de um setor industrial no país. Iniciava-se um processo de substituição de importações e, na década de 1950, avançadas a produção de bens de consumo duráveis e de capital, o Plano de Metas promoveu maior integração do capital nacional e estrangeiro, via instalação multinacionais, sobretudo de montadoras de veículos (MANTEGA, 1984).

A consolidação do setor industrial no Brasil não foi capaz de mitigar satisfatoriamente o processo de concentração de riqueza e renda que atravessou séculos. Foi-se perdendo a força da perspectiva que encontrava na industrialização a solução para os graves problemas econômicos e sociais do país. Por isso, diz Mantega (1984, p.75): “tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o progresso”. Nesse contexto, o capital estrangeiro e imperialista já representava a influência e a presença concreta dos monopólios estrangeiros em território brasileiro.

No campo intelectual, a formação do pensamento econômico brasileiro (PEB) acompanhou o processo de desenvolvimento da economia nacional. Para Bielschowsky (2004), o ciclo ideológico do desenvolvimentismo e, por extensão, a demarcação do início de um pensamento econômico nacional, por assim dizer, mais autônomo, está na década de 1930. Mantega (1984) vai além e aponta o livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, o marco inicial daquele pensamento. Se com a diversificação industrial vieram as multinacionais, no plano da teoria econômica, o PEB sempre dialogou com as teorias americanas e européias existentes.

Assim, toda produção teórico-analítica sobre a economia brasileira é baseada no arcabouço teórico disponível e se dá sob a perspectiva interpretativa, ou seja, ocorre somente a adaptação dessas teorias à condição de capitalismo periférico presente na América Latina. Exatamente por isso Mantega diz que a maioria dos autores do PEB partiu para a criação de “modelos originais, levando em conta as particularidades brasileiras” (MANTEGA, 1984, p.19). Quer dizer, assim, que a originalidade do pensamento econômico no Brasil estaria na adaptação das teorias de capitalismo dos países centrais à condição retardatária do capitalismo. O teor dessa originalidade é outra questão.

Buscaremos identificar no PEB a influência de Baran e Sweezy, num recorte compreendido após a publicação de *Capitalismo Monopolista*. Partimos da hipótese de que a influência desses autores chegou às correntes socialistas do PEB, mas o conceito de capital monopolista não alcançou a mesma abrangência dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência, uma vez que essas questões faziam mais sentido num pensamento econômico de perspectiva mais autônoma. Vamos testar a nossa hipótese utilizando *A economia política brasileira*, de Mantega, como referência metodológica, isto é, como base para a seleção dos autores que serão analisados na próxima seção.

3.2. Identificação de referências à Baran e Sweezy e ao capitalismo monopolista

O PEB foi influenciado fortemente pelo pensamento econômico originário do exterior, notadamente da Europa e dos Estados Unidos. Ao realizar a busca de literatura que faz referência ao capitalismo monopolista de Baran e Sweezy, encontramos em obras de autores do modelo do subdesenvolvimento capitalista indicado acima ideias relacionadas mais à questão da dependência dos países subdesenvolvidos do que ao capitalismo monopolista propriamente. Os autores em que conseguimos identificar essa influência foram André Gunder Frank e Theotônio dos Santos.

No livro “Dependence and underdevelopment: Latin America's political economy” (1972), André Gunder Frank – co-autor do livro – cita o livro “Capitalismo Monopolista” (1966), mas refere-se ao capítulo sobre a dependência e o sistema internacional. Segundo Frank, as grandes empresas capitalistas operam sob um imperativo de crescer e, para assegurar a expansão da sua produção, utilizam matérias-primas e mão-de-obra do exterior, uma vez que possuem menores custos para se produzir (FRANK, COCKCROFT, JOHNSON, 1972, p.94). Já em “Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina” (1970), o autor se refere à obra “Economia Política do Crescimento” (1957), de Paul Baran, de quem possuía grande proximidade. Neste livro, Frank credita a situação de subdesenvolvimento e a recessão da economia brasileira que, a partir de 1962 enfrentava um declínio das taxas de crescimento e baixa renda per capita, à acentuada penetração do capital estrangeiro no Brasil.

Em outra edição do livro de Frank, “Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil” (1969), podemos encontrar mais referências ao trabalho de Baran. Segundo Frank, Baran (1957) destacou em seu trabalho, o papel do excedente econômico na geração de desenvolvimento econômico e também de subdesenvolvimento. O que Baran chamou excedente econômico “real”, é a parte da produção atual que é poupada e, de fato investido (sendo, portanto, apenas uma parte da mais-valia). Baran colocou maior ênfase no “potencial” ou potencialmente investíveis excedentes econômicos, que não estão disponíveis para a sociedade, já que sua estrutura de monopólio impede a sua produção e, caso for produzido, é apropriado e desperdiçado com o consumo de luxo. O diferencial de renda entre pessoas de alta e baixa renda, e grande parte do fracasso da primeira classe para canalizar o seu rendimento para o investimento produtivo, também pode ser atribuída ao monopólio. Portanto, a não-realização e a indisponibilidade para o investimento do excedente econômico “potencial” devia-se essencialmente à estrutura monopolista do capitalismo (FRANK, 1969, p.6).

Baran (1957) aparece novamente neste trabalho no capítulo em que disserta sobre a contradição da polarização metrópole-satélite. Segundo Frank, Baran notou que o funcionamento do capitalismo monopolista e imperialista nos países avançados, e o atraso econômico e social dos países subdesenvolvidos, estão intimamente ligados. Representam, assim, aspectos que pouco se diferenciam do que é na verdade um problema global (FRANK, 1969, p.8). Quando Frank trata da questão das publicações oficiais e de estudos econômicos sobre o comércio dos países satélites, feitos em países metrópoles, constata que freqüentemente se desviam das condições de subdesenvolvimento e pobreza daqueles.

Além disso, para Baran (apud FRANK, 1969, p.202), essas análises consideram que os países que têm grande parte de seu comércio em mãos estrangeiras, com a eventual queda nos preços de seus produtos de exportação, não necessariamente esses países são prejudicados, pois se os ganhos com o comércio, ainda que reduzidos, vão para as empresas da metrópole capitalista, então não se trata de um problema para essas análises provenientes das metrópoles. Quando comenta sobre a industrialização das metrópoles, Frank cita Baran (1957) e outros autores para embasar sua idéia:

Throughout, the peripheral countries have been the tail which has been wagged by the metropolitan capitalist dog: They developed underdevelopment, particularly underdeveloped agriculture, while the metropolis developed industry (FRANK (1969, p.244).

O único momento em que a obra de Baran em conjunto com Sweezy aparece neste livro de Frank (1969) é numa nota de rodapé. Frank constata que o financiamento externo do capitalismo monopolista, que investe capital na América Latina na compra de empresas, o que torna o capital das empresas estrangeiras controlador dos lucros e, por isso, responsável pela remessa de lucros da América Latina para as metrópoles (FRANK, 1969, p.305). Para exemplificar esse funcionamento das remessas de lucro, Frank utiliza o “Capitalismo Monopolista”(1974) e também outras obras.

Ruy Mauro Marini, em seu livro “Subdesarrollo y revolución” (1971), faz somente uma citação de um dos autores que estamos apontando. Ao dissertar sobre a integração imperialista, Marini se apóia no trabalho de Baran (1958): “Crisis of Marxism?”. Segundo Marini, o progresso da acumulação capitalista na economia norte-americana, juntamente com o processo de formação de trustes, teve como resultado uma crescente concentração de riquezas. E, se os investimentos em atividades produtivas fossem acompanhar a taxa de crescimento de excedentes obtidos, então a economia poderia entrar em crise, talvez em níveis mais violentos que 1929, em virtude do mesmo mecanismo que liga do ciclo de negócios para a variação de capital constante. Adotou-se uma política anti-inflacionária nos Estados Unidos que, de modo geral, depois da guerra, conseguiu conter o crescimento econômico e limitar os excedentes, sem, no entanto, impedir que os excedentes continuassem bem acima das possibilidades existentes para sua absorção. Resulta-se disso somas cada vez maiores para investimentos não rentáveis, principalmente na exportação de capitais, o que é um dos principais traços do imperialismo contemporâneo.

Finalmente, Theotônio dos Santos, em “Imperialismo y Dependencia” (1978), assim como Frank, faz referência ao trabalho de Baran, “Economia Política do Crescimento” (1957), onde o coloca como a contribuição que marcou época sobre a análise marxista do subdesenvolvimento, da dependência e do atraso. Nessa obra, segundo Santos, Baran estuda em detalhe a nova etapa do imperialismo internacional sob a hegemonia norte-americana, e o avanço do monopólio internacional – temas também encontrados posteriormente na obra em conjunto com Sweezy.

No capítulo “A nova dependência e as alternativas de mudança”, ao analisar a nova divisão do trabalho e as transformações advindas dela, Santos utiliza o capitalismo monopolista de Baran e Sweezy para reforçar suas ideias. Segundo Santos, a expansão desproporcional entre os setores da economia provoca problemas como a necessidade de altos impostos para financiar essa expansão, déficit crescente na balança de pagamentos, o aumento da mais-valia relativa, que provoca uma desproporção crescente entre o excedente gerado e o consumo produtivo e improdutivo⁷ (SANTOS, 1978, pp.440-441). No entanto, o conceito de capital monopolista não nos pareceu central na análise de Santos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Por consumo produtivo, relacionar ao que é utilizado diretamente no processo de trabalho, quer dizer, o que é gasto na manutenção e ampliação da produção; Já para consumo improdutivo, é o que não é utilizado diretamente no processo de trabalho e pode dividir-se em: consumo improdutivo individual, que é aquele que é consumido individualmente: alimentos, roupas, utensílios domésticos, etc. e consumo improdutivo social, que é consumido a nível social: defesa, saúde, etc.

No capítulo “A absorção de excedente: militarismo e imperialismo”, Baran e Sweezy abordam as questões da dependência e do subdesenvolvimento atreladas ao imperialismo. Para os autores, o sistema capitalista forma uma hierarquia entre as nações, configuradas sobre um complexo de relações de exploração. Os países da cúpula conseguem explorar todos os inferiores, os que se colocam em um nível intermediário da hierarquia, conseguem explorar aqueles de camada inferior, e assim até atingir a camada mais baixa. Assim, as nações em níveis equivalentes, lutam entre si para obter o maior número possível de explorados, formando uma rede de relações antagônicas. Pode-se denominar os países da cúpula como “metrópoles” e os de menor nível hierárquico como “colônias” (BARAN e SWEEZY, 1974, p.181).

A análise de Baran e Sweezy traz a complexidade que origina essa problemática, pois, como os autores apontam, não são os governos capitalistas que realizam as transações comerciais e sim as empresas privadas. As grandes empresas assumem a maior parcela dessas transações e se interessam, não pelo comércio em si, mas pelos lucros obtidos nas transações (BARAN e SWEEZY, 1974:194). Assim, às gigantescas empresas multinacionais que dominam a política americana, interessa

o controle monopolista das fontes estrangeiras de abastecimento e dos mercados estrangeiros, para que possam comprar e vender em condições privilegiadas, transferir encomendas de uma subsidiária para outra, favorecer este ou aquele país, dependendo de quem tiver políticas tributárias, trabalhistas e outras mais vantajosas – em outras palavras desejam transacionar dentro de suas próprias condições e onde preferirem. E para isso necessitam não de clientes comerciais, mas de “aliados” e clientes prontos a ajustar suas leis e políticas às exigências das grandes empresas americanas (BARAN e SWEEZY, 1974, p.202).

É esse interesse, característico do capitalismo monopolista, que é usado como pano de fundo para a explicação do subdesenvolvimento no Brasil. Ao realizar a pesquisa nas referências de livros dos autores indicados por Mantega (1984) como os que receberam influência do pensamento de Baran e Sweezy, pudemos encontrar trabalhos relacionados às ideias de imperialismo, dependência e subdesenvolvimento, sendo estes últimos os recortes centrais dos autores analisados.

Ao buscar as citações de Baran e Sweezy em suas obras, observamos pontuais menções ao “Capitalismo Monopolista”(1974). Os autores do PEB que mencionaram a obra foram Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Para Santos (1978) entender como a nova dependência e as alternativas de câmbio traziam uma nova divisão do trabalho, teve de procurar elementos que auxiliassem a esclarecer as transformações advindas pela sociedade do capitalismo monopolista. Frank (1969), quando escreve sobre funcionamento de investimentos de capital estrangeiros na América Latina, utiliza um exemplo de uma indústria americana retirado também de Baran e Sweezy. O conceito de capitalismo monopolista aparece como pano de fundo na análise desses autores.

Embora não tenhamos esgotado todas as obras dos autores do modelo do subdesenvolvimento capitalista, a amostra analisada permite dizer que o conceito de capitalismo monopolista aparece subsidiariamente nessas obras na medida em que ajuda a explicar uma nova configuração da divisão internacional do trabalho que reforça o caráter dependente e subdesenvolvido das economias latino-americanas, de maneira geral, e brasileira, em particular. O capitalismo monopolista entra na obra dos autores analisados, portanto, como pano de fundo para a análise da dependência e do subdesenvolvimento.

Uma explicação possível para esse uso subsidiário do conceito e para a relativamente baixa citação de Capitalismo Monopolista entre os autores analisados está na diferença de contexto econômico e social entre Brasil e Estados Unidos. Se lá a

preocupação se concentrava nas conseqüências de um capitalismo formado por empresas gigantes, no Brasil a questão principal era a liberação da estrutura econômica nacional das amarras do sistema capitalista no plano internacional.

Em síntese, é subsidiariamente que se nota a influência do conceito de capitalismo monopolista de Baran e Sweezy no pensamento dos autores analisados. A influência principal desses autores no pensamento econômico brasileiro é, de fato, aquela que se refere ao subdesenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

- BARAN, Paul A. *The political economy of growth*. New York: Monthly Review Press, 1957.
- _____. Crisis of Marxism? *Monthly Review*, Out, 1958.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.
- _____. *Sobre a História do Capitalismo Monopolista*. In: MAGDOFF, Henry (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto, 5ªed., 2004
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- El Neo Marxismo*. Acesso em 14 de Out 2011, disponível em <http://neo-marxismo.blogspot.com/2009/12/el-neo-marxismo.html>
- FRANK, A.G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1969
- _____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Texas: Editorial de Ciencias Sociales, 1970
- FRANK, A.G.; COCKCROFT, J.D.; JOHNSON, D.L. *Dependence and underdevelopment: Latin America's political economy*. New York: Anchor Books, 1972.
- GALBRAITH, J. Kenneth. *Capitalismo americano. O conceito do poder compensatório*. Tradução Clara A. Colotto. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008.
- GUERRERO, D. "Reflexiones sobre la vida y la obra de Paul Sweezy (I): Las contribuciones de Paul Sweezy a la economía", In: *Oikos, Revista de la Escuela de Administración y Economía de la Universidad Católica Raúl Silva Henríquez*, Chile, nº17, pp. 149-186, 2004
- HARRIS, Laurence. *Capitalismo Monopolista*. In: Bottomore, Tom. *Diccionario del pensamiento marxista*. Madri: Tecnos, 1984
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4º Ed. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2ªed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy M. *Subdesarrollo y revolución*. 3ªed. México: Siglo Veintiuno, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. L. I: O processo de produção do Capital. t. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985; 2006.
- NETO, Antônio; OLIVEIRA, Tiago. Paul Sweezy: grande cientista social, pioneiro da economia política da comunicação. In: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. São Cristovão, v. 6, n. 2, p. 82-83, mayo/ago. 2004. Disponível em: <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/Vol.VI,n.2,2004/AAntonio-Tiago.pdf>

IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependencia*. Avena, México: Ediciones Era, 1978.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. 2ªed. Trad. ingl., New York: Oxford University Press, 2005

SWEEZY, Paul. *Sobre a Teoria do Capitalismo Monopolista*. In: MAGDOFF, Henry (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.

_____. *Capitalismo Monopolista*. New York: Vol. 56, nº 5, *Monthly Review Press*, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José (1970). **Além da Estagnação**. In: TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983 [1972].